

6. Considerações Finais

O estudo realizado sobre as ONGs atuando no Morro do Borel nos possibilitou, de um lado, desmistificar e de outro, confirmar, determinadas noções e mitos que foram criados (e socializados principalmente através da mídia) acerca desse tipo de Organização. De fato, as ONGs freqüentemente aparecem na cena pública pelos mais diferentes motivos: ora como atores importantes para a defesa de determinadas causas sociais e políticas; ora como foco de denúncias de fragilidades organizativas, de mau uso de recursos ou de baixo compromisso com as populações por elas atendidas.

Considerando as três organizações estudadas, verificamos:

- Apesar de serem apontadas como umas das características das ONGS a rotatividade de sua permanência nas áreas e mesmo uma constante mudança de ações e projetos (na medida que dependem de recursos, muitas vezes instáveis, ou condicionados a programas que não são renovados por decisões de seus financiadores) as ONGs do Borel, seus técnicos e coordenadores apresentaram uma permanência relativamente longa na área. Poderia ser argumentado que essa longa permanência se deve ao fato de haver uma parcela significativa desse grupo composta por pessoas residentes na localidade ou mesmo que uma das Organizações foi originada no próprio Borel. Entretanto, mesmo os técnicos não originários da área, lá estão há bastante tempo, sendo que o de vinculação mais recente, atua, há mais de 6 anos. Obviamente que, como destacamos ao longo do trabalho, o envolvimento de moradores nos quadros profissionais das Organizações, é um dos fatores através dos quais estas buscam um “enraizamento” local e uma legitimidade para seu trabalho no mesmo.

- Um segundo aspecto, desta vez confirmador dos estudos acerca das ONGs, refere-se à qualificação profissional de seus coordenadores e responsáveis pelos programas de ação. Estes apresentaram uma muito boa qualificação profissional, seja pela experiência acumulada em movimentos sociais (e nas próprias Igrejas às quais foram ou são vinculados) seja por meio da educação formal universitária. Sem dúvida, se anteriormente a capacitação para o trabalho em organizações ligadas a interesses coletivos era obtida

através da “experiência de luta” nas quais partidos políticos ou a própria Igreja Católica, eram importantes “formadores de militância”.

Hoje, a escola formal e a educação universitária comparecem também como requisitos para a qualificação do pessoal ligado aos trabalhos comunitários.

- O terceiro aspecto estaria voltado à prestação de serviços como fator de legitimidade na localidade: de fato seja por oferecer serviços alternativos aos equipamentos públicos (como casos da saúde e creches), seja através de ações complementares (reforço escolar, escola de música, teatro), essas organizações ganham legitimidade e consolidam sua presença na área.
- Um quarto aspecto que desmistifica e confirma as idéias que existem na sociedade é sobre a presença do Estado. De fato ele está presente através de determinados equipamentos básicos (Escola Municipal, PSF, CIEP, Creche Municipal). Entretanto, sua presença continua sendo sentida como insatisfatória. Outra forma de presença do Estado é a que se dá através de convênios ou parcerias para execução de Programas (Creche Raio do Sol e o Ambulatório da ONG A). Entretanto nesses casos, a visibilidade dos executores oculta os recursos que foram aí canalizado. A rigor, os recursos não permanecem ocultos apenas por assumirem numa dimensão contábil, mas pelo fato desses serem insuficientes para atender as necessidades, fazendo com que as ONGs tenham que “angariar” recursos para complementar as ações.

Outra contradição observada refere-se a binômio reivindicação x rejeição em relação ao Estado. De fato ausência do Estado esteve presente em todos os discursos, o que levaria à conclusão de uma reivindicação de sua presença. Contraditoriamente suas exigências de normatização e providências burocrático-administrativas foram altamente rejeitadas.

Considerando os nossos pressupostos iniciais de que as ONGs, constituem novos atores sociais numa relação de mediação entre a Favela e Cidade, diríamos que:

Do ponto de vista do governo, as favelas nunca foram vistas não como *solução*, mas como *problema*. Desde o seu aparecimento até os dias atuais, sob diferentes concepções, a favela foi e (é vista) como um contexto problemático. Se hoje é atribuído a ela, papel fundamental na expansão da violência urbana, em outro período histórico outros inconvênientes sociais, a ela foram atribuídos: ser considerada como e/ou “ambiente insalubre, base de

expansão de doenças”, “ser foco de comunistas”, “ser berço da malandragem” e do “não trabalho”).

Esses constantes rótulos negativos tinham como base a proximidade favela asfalto, onde a primeira assumia a condição de sombra e espelho do segundo. Por outro lado, a historicidade das favelas revelou muitas experiências de construção de atores coletivos, onde a experiência do Borel foi extremamente representativa.

Se em cada época, estruturava-se um ator (Comissões de Eletricidade, Associação de Moradores, União de Trabalhadores), hoje as ONGs representam um novo ator. Entretanto, o estudo mostrou que a ONG tem características diferenciadas em relação aos outros atores. De um lado, elas se estruturam em função de ações coletivas, mobilizações e reivindicações políticas. Por outro lado, a dimensão técnica que inexistia, hoje aparece como um fator de contribuição, como também um somatório nas atividades realizadas pelas ONGs.

Os atores coletivos que existiam antigamente eram os próprios moradores, e hoje os atores são para os moradores, mesmo que possa existir parte deles, nos quadros organizativos das ONGs.

Com relação à condição de mediadoras que atribuímos às ONGs o estudo mostrou em primeiro lugar, que essa é uma categoria não assumida por seus sujeitos internos. Ainda que na prática alguns indivíduos desempenhem “papéis de intérpretes da comunidade e transitem entre diferentes segmentos e domínios sociais”, a categoria mediação, enquanto orientador da atuação não é conscientemente considerada. Trata-se na verdade de uma categoria analítica.

Observando a realidade do Borel, constatamos de fato que as mediações realizadas pelas ONGs são mediações sociais restritas. Isso significa que o poder de operação das ONGs se dá ao nível interno a comunidade, estendendo-se no máximo a comunidades iguais, situadas no em torno do Borel.

A rigor, isso reatualiza uma atuação histórica do Borel, que através da sua UTF agregava outros: moradores de grande parte das favelas, então consolidadas, relacionava-se com os poderes públicos (Ministério do Trabalho e Assembléia Legislativa) e tinha como também a problemática de mobilização dos trabalhadores. Na reatualização, no âmbito geográfico, é reduzido “de grande parte das favelas para, no máximo as favelas

circunvizinhas. Além disso, restringiu-se também os setores da cidade com os quais se dialogava.

Essas observações reafirmam a perspectiva de Burgos (2005) com relação ao processo de territorialização das favelas cariocas em geral e do Borel em particular.

Pode-se dizer que o Borel ganhou alguns padrões de urbanidade e urbanização, porém sua população ficou mais confinada aos seus limites territoriais: “se vai alguma igreja, se vai à igreja do Borel, se quer participar do Baile, vai ao Borel, as notícias principais são da localidade, etc...”.

Obviamente que a população tem relação com outras partes da cidade, e a sobrevivência de grande parte dela depende do acesso e trânsitos por outros bairros. Os meios de comunicação (Televisão em todas as casas, e as diversas “lan house” instaladas nas favelas), também constituem formas através das quais, os moradores do morro do Borel se conectam com os lugares, países e mundo. Entretanto as relações sociais mais cotidianas e presentes são as que se estabelecem no interior do Borel.

Nesse sentido, as ONGs de alguma forma acompanham essa dinâmica até certo ponto “localista”. Todos os exemplos que nos foram relatados se referiam às dinâmicas locais (pais entre filhos, jovens e o tráfico). Ainda que as ONGs estudadas possam oferecer algum acesso a equipamentos e experiências realizadas em outras partes da cidade (visita a museus, bibliotecas), o forte de suas atuações é no âmbito interno.

Desta forma, os programas sócios educativos terminam representando um “universo cercado”, ou seja, uma extensão da casa: universo de cuidados, onde as crianças e adolescentes permanecem guardados e protegidos. Assim, as funções de “formação para vida” (inclusive a formação religiosa), de alguma forma se transferem para os profissionais da ONGs.

Podemos dizer que, esse profundo enraizamento e a forte perspectiva localista que caracterizam as ONGs estudadas se manifesta também no que poderíamos dizer “o silêncio em relação aos poderes autoritários internos”. Se existe uma relação de “respeito” entre ambas as partes pareceram-nos que se tratava de uma “naturalização do tráfico” onde cada um não questiona o outro, porque cada um “conhece o seu lugar”.